

Assembleia Constituinte

* 8 JUL 1980

CORREIO BRAZILIENSE

Marinho defende para já reforma da Constituição

O presidente da comissão suprapartidária que elaborou a emenda das prerrogativas do Legislativo, deputado Djalma Marinho, defendeu ontem a realização de ampla reforma constitucional. No segundo semestre, pelo próprio Congresso Nacional, que dispõe de poderes constituintes.

Se o Governo prega esta reforma — disse Marinho — como consta das declarações do seu líder no Senado, Jarbas Passarinho, e do presidente do seu partido, senador José Sarney, por que realizá-la agora e já?

Djalma Marinho lembrou que esta idéia foi defendida por ele, em abril deste ano, em amplo discurso. Sua tese é a de que o Congresso se utilize dos poderes de que dispõe e proceda a uma ampla reforma constitucional, com base na carta de 67, para institucionalizar a revolução de 1964. Marinho criticou a convocação

de uma assembléia nacional constituinte "porque ela levaria ao fechamento do Congresso, a nação entraria num túnel negro de proporções inimagináveis e voltaria a ser governada pelo arbitrio, sem a Câmara e o Senado".

BRIZOLA ELOGIA

Rio. — O ex-governador Leonel Brizola elogiou ontem no Rio, a declaração do presidente do PDS, senador José Sarney, de que o Governo poderá promover uma ampla reforma constitucional até 1982. Para Brizola, "finalmente surge no Governo uma preocupação global com o problema de reconstrução institucional".

Segundo ele, "cabe à Oposição abrir o debate sobre as reformas constitucionais, apresentando propostas concretas que venham a se inspirar nos reclamos da Nação".

Governo receia a eleição direta

Os deputados Figueiredo Correia (CE) e Carlos Cotta (MG), vice-líderes do Partido Popular na Câmara, acreditam que a dificuldade para que o Governo concorde com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte está no receio de que ela decida pela restauração do processo de eleições diretas também para a Presidência da República.

Em face disso, são de opinião de que ao invés de manterem irreduzíveis contra esta tese, "que já empolgou a Nação", os líderes governistas na Câmara e no Senado deveriam iniciar conversações com as lideranças oposicionistas, no sentido de assegurarem o processo indireto para sucessão de Figueiredo, com a Constituinte em 82.

Acreditam, por conseguinte, que se o Governo encampar a tese da Constituinte com Figueiredo não será difícil negociar com a Oposição a manutenção do pleito indireto para Presidência da República mediante a ampliação do colégio eleitoral com o voto secreto.

Contudo, defendem como primeiro passo para esse entendimento a imediata aprovação da emenda que restaura o processo

de eleições diretas para os governos dos Estados e a que proíba a adoção do instituto das sublegendas em todos os níveis, bem como a retirada do dispositivo constitucional que possibilita a adoção do sistema distrital, mantendo-se por conseguinte, o voto proporcional.

UNIAO

De outra parte, o deputado Carlos Cotta, que participou da reunião das lideranças do PP, em Minas com o presidente nacional do partido, senador Tancredo Neves, negou que tenha havido entendimento pela fusão com as demais legendas oposicionistas. Confirmou, porém, que "continuaremos lutando pela união dos partidos de oposição, mas cada um deles continuaria com a sua identidade específica partidária".

Contudo, entende que isso só ocorrerá se a regra do jogo não for alterada pelo casuismo do Governo. Para tanto, aduziu, "continuaremos lutando pela completa estruturação do nosso partido que já se organizou em em 16 dos 22 Estados, nos três Territórios e na metade dos 4 mil municípios brasileiros".

José Costa teme desmoralização

O deputado José Costa (PMDB - AL) manifestou ontem o receio de que seu partido seja desmoralizado perante a opinião pública por causa da "Constituinte com João", uma idéia infeliz, a seu ver.

Ele se mostrou ainda preocupado com o efeito negativo que acha possa causar "nas massas trabalhadoras e sofridas" a presença física de alguns parlamentares peemedebistas no Palácio do Planalto, sobretudo quando esta se dá em ocasiões sociais.

Conhecido por suas posições desabridas — já denunciou publicamente o ex-ministro Armando Falcão como tendo participado de atos administrativos ilícitos — e ao mesmo tempo comedidas — levantou-se contra a CPI da tortura na Câmara, para evitar confrontos desastrosos com o Executivo — o deputado alagoano acha que o PMDB deveria voltar-se de corpo inteiro para a denúncia contra as injustiças sociais.

Costa sustenta que não existe nada melhor do que os discursos do Papa João Paulo II, ouvidos atentamente, como disse, por pelo menos 10 milhões de brasileiros.

Reportando a visita do Santo Padre como o fato político mais importante dos últimos 50 anos, o deputado chamou a atenção para as semelhanças que existiriam entre o programa do PMDB e das oposições em geral e as suas honnias.

João Paulo II disse tudo aquilo que pacientemente vimos pregando ao longo desses 16 anos. A diferença está, é que nós não tivemos o espaço necessário nos meios de comunicação nem a empolgação popular que provocou a visita do Papa — observou.

A atitude então do PMDB deve ser, no entender de José Costa, a de dar seqüência às denúncias de injustiça social feitas por João Paulo e sobretudo chamar a atenção para advertência deste de que os dramas sociais devem ser resolvidos pacificamente para que não haja necessidade de ter-se de defrontar com reações violentas que não resolveriam o problema. O deputado disse ainda temer que se seu partido não seguir esse caminho estará condenado a cair em descrédito junto à opinião pública, colocando-se numa posição "tão distante do povo como o próprio Governo".